

84ª e 79ª Promotorias de Justiça de Goiânia
Rua 23, esquina com a Av. Fued José Sebba, Qd. A 06,
Lts. 15/24, Jardim Goiás, Goiânia – Goiás, CEP: 74.805-
100, Sala 326, Ala B, Telefone: (62) 3243-8363



RECOMENDAÇÃO Nº 01/2021 – 84ª E 79ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Recomendação sobre a participação de policiais militares da ativa da PMGO em manifestações políticas no dia 07 de setembro de 2021.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, por meio de suas Promotorias de Justiça Militar, no exercício de suas funções institucionais de que tratam os artigos 127, 129, incisos II, III, IV e VII, da Constituição Federal; o artigo 5º, incisos I, alínea “h”, II, alínea “e”, e V, alínea “b”, artigo 6º, incisos VII, alínea “a”, e artigo 9º, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93; art. 1º, inciso IV, da Lei 7.347/85, e art. 27, inciso IV da Lei 8.625/

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público “a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, caput, da Constituição);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial (art. 129, VII, da Constituição);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 142, inciso V, proíbe que o militar da ativa se afilie a partidos políticos;

CONSIDERANDO que são proibidas quaisquer manifestações coletivas de policiais militares da ativa da PMGO, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório (art. 43 da Lei nº 8.033/75);

84ª e 79ª Promotorias de Justiça de Goiânia
Rua 23, esquina com a Av. Fued José Sebba, Qd. A 06,
Lts. 15/24, Jardim Goiás, Goiânia – Goiás, CEP: 74.805-
100, Sala 326, Ala B, Telefone: (62) 3243-8363



CONSIDERANDO que o Decreto nº 4.717/1996 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás - RDPM/GO), tipifica como transgressão militar a conduta de deixar de punir o subordinado que cometer transgressão;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 4.717/1996 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás - RDPM/GO), tipifica como transgressão militar a conduta de manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 4.717/1996 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás - RDPM/GO), tipifica como transgressão militar a conduta de discutir ou provocar discussões em público, sobre assuntos políticos, o militar da ativa, sem que esteja devidamente autorizado;

CONSIDERANDO que a Ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Habeas Corpus nº 690879 e 691106, que apontavam o Governador do Distrito Federal, dentre outros, como autoridade coatora, rejeitou salvo-conduto para militares participarem de manifestações no dia 7 de setembro de 2021. (<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/0109202> 1-Ministra-rejeita-salvo-conduto-para-militares-participarem-de-manifestacoes-nodia-7-de-setembro.aspx);

CONSIDERANDO as constantes movimentações referentes às manifestações do dia 7 de setembro, publicizadas na internet, com possível adesão de força e de integrantes das forças de segurança pública estadual;

84ª e 79ª Promotorias de Justiça de Goiânia
Rua 23, esquina com a Av. Fued José Sebba, Qd. A 06,
Lts. 15/24, Jardim Goiás, Goiânia – Goiás, CEP: 74.805-
100, Sala 326, Ala B, Telefone: (62) 3243-8363



CONSIDERANDO a notícia de que ocorrerão manifestações de grupos políticos opostos em áreas relativamente próximas na cidade de Goiânia, o que acarreta a divisão e emprego de efetivo policial ainda maior;

CONSIDERANDO que a quebra de hierarquia e comportamentos subversivos às instituições democráticas ensejam consequências nos âmbitos administrativo, penal e cível;

RECOMENDAR

ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás e ao Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás:

1) QUE seja expressamente proibida a participação de policiais militares da ativa, que não estejam em serviço, nas manifestações políticas do dia 07 de Setembro de 2021. QUE haja a decretação de prontidão de todo o efetivo operacional da Polícia Militar do Estado de Goiás;

2) QUE, em caso de descumprimento da ordem emanada, seja instaurado o respectivo procedimento apuratório, nos termos da lei;

3) QUE sejam suspensas a concessão de qualquer tipo de dispensa no período de 06 a 08 de setembro de 2021;

4) QUE o efetivo seja colocado em condições de pronto emprego para o policiamento e segurança das manifestações públicas na cidade de Goiânia, principalmente na

84ª e 79ª Promotorias de Justiça de Goiânia
Rua 23, esquina com a Av. Fued José Sebba, Qd. A 06,
Lts. 15/24, Jardim Goiás, Goiânia – Goiás, CEP: 74.805-
100, Sala 326, Ala B, Telefone: (62) 3243-8363



região do Autódromo, no dia 07 de Setembro de 2021, e para a manutenção da paz e da ordem nas demais áreas do Estado.

5) QUE o Ministério Público seja comunicado das providências tomadas quanto à implementação da presente recomendação.

Expeça-se ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, encaminhando a presente recomendação.

Comunique-se o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral da PMGO.

Publique-se.

Goiânia, 03 de setembro de 2021.

ADRIANNI F. F. SANTOS ALMEIDA.

Promotora de Justiça – 84ª PJ e 79ª PJ (em substituição)